



REQUERIMENTO PADRÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – RITO COMUM

1. DADOS E DECLARAÇÃO DO REQUERENTE/OCUPANTE:

Eu, _____ (*nome completo*),
_____ (*estado civil*), portador da cédula de identidade de nº
_____, inscrito no CPF sob o nº _____,
residente e domiciliado à _____,
nº _____, bairro _____, CEP _____, Município de
_____, **DECLARO** para os devidos fins, que sou proprietário/possuidor
do terreno localizado no endereço: _____,
nº _____, bairro, _____, CEP _____, Município de
Florianópolis/SC, com informações adicionais: ponto de referência
_____, com área total de
_____ (metros), frente com _____ (metros –
confrontante direto), fundos com _____ (metros - confrontante
direto), lateral direita com _____ (metros - confrontante direto),
lateral esquerda com _____ (metros - confrontante direto), com a
inscrição imobiliária de nº _____,
venho por meio deste, nos termos do Decreto Municipal nº 25.378/2023, **REQUERER** a
regularização fundiária urbana - REURB do núcleo urbano informal, conforme informações e
documentos anexos a seguir especificados, na modalidade de:



REQUERIMENTO PADRÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – RITO COMUM

REURB-E¹

REURB-S²³

2. DADOS DO NÚCLEO URBANO INFORMAL CONSOLIDADO⁴:

Declaro, ainda, que as informações anteriormente prestadas são **verdadeiras** e estão **atualizadas** até a presente data.

¹ Regularização Fundiária Urbana de Interesse Específico.

² Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social.

³ Obrigatória a apresentação do NIS – Número de Identificação Social, através da consulta ao CadÚnico – Cadastro Único.

⁴ Imagem de satélite do núcleo urbano informal consolidado.



REQUERIMENTO PADRÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – RITO COMUM

Ademais, acuso estar **ciente** de que prestar declaração falsa caracteriza os crimes previstos no art. 299⁵, 304⁶ e 307⁷, todos do Código Penal Brasileiro, e que por tal crime serei responsabilizado(a), independentemente das sanções administrativas, caso se comprove a inveracidade do declarado neste documento.

Outrossim, estou **ciente** que a Administração Pública/Prefeitura Municipal de Florianópolis poderá consultar sites do Poder Judiciário, do Ministério Público ou dos Órgão de Segurança Pública para baixar as certidões negativas, se necessárias, para a comprovação das informações acima, em observância aos dispositivos legais da Lei nº 13.709/2018⁸.

Declaro, por fim, que tomo ciência, neste ato, de toda a legislação mencionada acima conforme preceitua o art. 3º do Decreto-Lei nº 4.657/1942⁹.

A presente declaração é expressão da verdade, firmo a presente.

Florianópolis ____ de _____ de 202__.

(proprietário/posseiro)

Assinatura GOV.BR/assinatura reconhecimento de firma.

⁵ **Art. 299.** Omitir, em **documento público ou particular**, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

⁶ **Art. 304.** Fazer uso de qualquer dos papéis falsificados ou alterados, a que se referem os arts. 297 a 302:

Pena - a cominada à falsificação ou à alteração.

⁷ **Art. 307.** Atribuir-se ou atribuir a terceiro falsa identidade para obter vantagem, em proveito próprio ou alheio, ou para causar dano a outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa, se o fato não constitui elemento de crime mais grave.

⁸ Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

⁹ **Art. 3º.** Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece. (LINDB)